

Narrativas sobre o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses: estratégias de adesão em torno do patrimônio cultural

Pedro Mülbersted Pereira*

Introdução

As fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa foram construídas no século XVIII, projetadas por José da Silva Paes, brigadeiro, engenheiro militar e primeiro governador da capitania de Santa Catarina (1739). Essas fortalezas deram início ao sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, que, posteriormente, foi acrescido com outras dezenas de fortificações, como fortes, fortins, baterias, trincheiras. A partir da primeira metade do século XIX, a maioria dessas construções desapareceram, seja por arruinamento, abandono ou demolição; as fortificações que permaneceram ativas até o século XX encontravam-se em péssimo estado de conservação até a década de 1970.

Em 1938, as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa e o Forte de Santana do Estreito foram tombadas como patrimônio histórico brasileiro pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan,

* Bacharel e licenciado em História, mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante dos grupos de pesquisa Patrimônio, Memória e Educação (Pameduc), vinculado à UFSC, e Rastros, ligado à Universidade São Francisco (USF). E-mail: pedro.mulbersted@gmail.com.

hoje Iphan).¹ O tombamento, entretanto, não garantiu a preservação ou a recuperação dessas construções, que chegaram até meados do século XX em avançado estado de arruinamento. No final da década de 1960, teve início o restauro do Forte Santana e, na década de 1970, o Iphan iniciou as obras de restauro na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim; em 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a tutela dessa fortaleza através de convênio assinado entre a universidade, o Iphan e a Marinha do Brasil, assim garantindo a efetiva restauração e uso desse bem cultural. Posteriormente, a universidade passou a tutelar também as fortalezas de Santo Antônio de Ratonés e São José da Ponta Grossa, em 1991.

O processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses foi possível a partir da articulação de uma série de estratégias por parte de atores sociais mobilizados em uma rede de sociabilidades em torno das construções. Esses atores partilhavam lugares sociais comuns, bem como saberes, valores e sensibilidades sobre o patrimônio, o que tornava possível que aderissem a uma campanha em prol do restauro dos monumentos. Essa campanha empenhou-se em convencer setores específicos da sociedade catarinense e brasileira: diretores de órgãos estatais, empresários, militares, governadores, prefeitos, reitores e professores universitários e intelectuais, bem como a mídia catarinense (Pereira, 2016; Martins, Gonzaga, 2017).

Além das estratégias discursivas utilizadas durante o processo de patrimonialização, esses atores sociais valeram-se também da construção de uma memória sobre as fortalezas catarinenses. Nessa memória, se reconhecem como *sujeitos históricos* à medida que atuaram no restauro, na preservação e na valorização dos bens culturais, garantindo a inscrição de seus nomes na história. Assim se constrói a narrativa de que a UFSC, em parceria com o Iphan, a Marinha e outras instituições públicas e privadas, *restaurou* as fortalezas catarinenses – narrativa que se expressa em placas presentes nesses sítios patrimoniais, em *folders*, em produtos desenvolvidos pela UFSC, em artigos divulgados na imprensa catarinense e na produção literária e/ou historiográfica do estado.

1 O órgão teve diferentes nomes ao longo da sua história: fundado como Sphan, passou a ser chamado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) até 1979, quando foi dividido em Sphan (Secretaria), como órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, ambos foram substituídos pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que, em 1994, reasumiu a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Pereira, 2016).

Paralelamente a essa narrativa de valorização do patrimônio, se constrói uma outra sobre as comunidades do entorno das fortalezas, uma narrativa de não valorização, marcada pela depredação e pelo vandalismo. Logo, os moradores dessas comunidades não são reconhecidos como sujeitos históricos, tanto no passado quanto no presente, e são, assim, excluídos do processo de patrimonialização das fortalezas. É negada a participação ativa desses sujeitos nessa história, eles são relegados a um papel passivo – como espectadores ou como visitantes desses espaços. Entendo que esse movimento gera estratégias de adesão e de não adesão às fortalezas catarinenses enquanto patrimônio cultural.

O presente artigo se dedica a observar como adesões e não adesões foram e são construídas ao longo do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, analisando a memória de atores sociais que participaram do processo e problematizando as concepções de história e de patrimônio mobilizadas para a construção da patrimonialidade desses bens culturais. Essas estratégias são construídas a partir de narrativas que estão presentes em documentos da universidade (UFSC, 2014), em produções bibliográficas e de outras naturezas (Tonera, 2001, 2005; Machado, 1992) e em publicações da imprensa catarinense. São analisadas também as memórias dos arquitetos que participaram do processo de restauro das fortalezas: Cyro Lyra, Dalmo Vieira Filho e José de La Pastina Filho. Do CD-ROM *Fortalezas multimídia* (Tonera, 2001), foram selecionadas as entrevistas feitas com Cyro Lyra e Dalmo Vieira Filho, gravadas em 1990, durante a segunda fase do processo de patrimonialização, através do projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de história brasileira* (1989-1991) – o que identifico como um esforço de criação de uma memória histórica institucional sobre o processo. Além dessas duas, me valho também das entrevistas com Cyro Lyra e com José de La Pastina Filho realizadas por Celso Martins em 2015, publicadas na obra *Memórias das fortalezas: Ilha de Santa Catarina – No meio do caminho havia um Armando* (Martins; Gonzaga, 2017).²

2 Trata-se de uma obra que tem início com as memórias de Armando Gonzaga sobre a sua participação no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, às quais vieram se somar as contribuições do jornalista Celso Martins. Gonzaga faleceu antes da conclusão e publicação da obra. Entendo que esse trabalho é fundamental para a compreensão do processo a partir da ótica desses sujeitos, pois, para além do esforço autobiográfico, há uma estratégia de consolidação de uma memória histórica sobre a patrimonialização.

Considero, aqui, que as adesões e não adesões em torno das fortalezas catarinenses como patrimônio se relacionam as discussões de Walter Benjamin sobre a condição de vencedores e vencidos na história, e com aquilo que chama de “a tradição dos oprimidos”. O filósofo berlinense criticou as principais concepções de história do seu tempo a fim de construir outra compreensão. Suas contribuições se aproximam das de Delgado (2008), Fonseca (2009) e Chuva (2009) para a compreensão das configurações do campo do patrimônio no Brasil por meio da análise das concepções de história e patrimônio articuladas nas narrativas dos atores sociais mencionados. Esse movimento é necessário porque, se estamos comprometidos com o uso social da memória, é mister ampliar a discussão sobre a democratização do patrimônio para a da sua pluralização, num movimento que gere novas adesões.

Entre a abertura da temporada de verão e os impasses na praia

Em 5 de novembro de 2017, domingo, a UFSC realizou a Abertura da Temporada de Verão nas Fortalezas. A programação do evento foi divulgada no site da universidade:

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) comemora a Abertura da Temporada de Verão nas Fortalezas, com shows musicais, trajes de época, combate medieval e muita diversão. A abertura será no dia 5 de novembro, a partir das 9h, com entrada gratuita. Entre as atrações estão a Orquestra de Choro do Campeche, Banda da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, Chiqueti & Banda, Sociedade Histórica Destherrense, SCAM – Arquearia e combate medieval e o Boi de Mamão de Santo Antônio. As atrações serão realizadas na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, na Praia do Forte, das 10h às 17h. No mesmo dia, todas as fortalezas sob gestão da UFSC estarão com acesso livre. (Abertura da temporada..., 2017).

A universidade informava que a abertura era uma iniciativa da “Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC), vinculada à Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte) da UFSC”, em parceria com o “Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Fundação Catarinense de Cultura, e da Prefeitura Municipal de

Florianópolis, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude e Fundação Franklin Cascaes”.

A programação foi divulgada também em outros meios, como a *Revista Museu* (Abertura..., 2017) e o jornal *Notícias do Dia* (Fortaleza..., 2017). Este último informava que o evento era “organizado pela Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, vinculada à Secretaria de Cultura e Arte da UFSC, em comemoração à abertura da temporada de verão nas fortalezas”, contando com o “apoio do Governo do Estado de Santa Catarina e da Prefeitura Municipal de Florianópolis”. Destacava que a “programação marca[va] ainda o Dia Nacional da Cultura, celebrado em 5 de novembro, e o último Dia de Gratuidade nas fortalezas em 2017”.

Essa foi uma das ações empreendidas pela UFSC, no ano de 2017, com o objetivo de dinamizar o uso das fortalezas sob sua tutela. Esse propósito fica expresso, também, entre as dicas que se seguem à programação do evento: por exemplo, “Tire fotos à vontade e poste com nossas hashtags #QueroCultura #EuValorizoAsFortalezas” (Abertura da temporada..., 2017), sinalizando uma intenção de valorização do patrimônio cultural através das redes sociais.

As publicações jornalísticas celebravam a iniciativa da UFSC com essa programação, e davam visibilidade à sua gestão das três fortalezas. Há ali, também, um discurso que naturaliza a *patrimonialidade* das fortalezas e a relação desses monumentos com a cultura. As fortalezas são apresentadas como um local de visitação turística onde é possível conciliar cultura e lazer, o que faz delas uma das atrações da temporada de verão no litoral catarinense.³

Entretanto, outras notícias veiculadas pela imprensa catarinense dão um outro tipo de visibilidade para a UFSC e as fortalezas. Em 2013, o jornal *Notícias do Dia* informava seus leitores sobre o impasse na região da Praia do Forte, no entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, relacionado à ordem de demolição expedida para dois imóveis considerados irregulares na região – um desses imóveis fazendo divisa com a muralha da fortaleza. Segundo o jornal, a universidade tinha interesse na demolição do imóvel porque o terreno deveria ser destinado à “recepção dos visitantes e colocação de acessos a portadores de deficiência ao edifício histórico” – ação que já vinha

3 Os jornais catarinenses desempenharam um papel fundamental na construção da imagem da Fortaleza de Anhatomirim como uma atração turística na qual lazer e cultura se encontram, por reunir, em um mesmo espaço, um monumento histórico restaurado, a praia e o mar (Pereira, 2016).

sendo cobrada pelo Ministério Público, de acordo com informações da matéria. Assim o jornal constrói a trama sobre o impasse:

Sondando os diferentes agentes envolvidos no imbróglio, incluindo a SPU (Superintendência do Patrimônio da União), percebe-se que ninguém quer assumir o ônus das demolições, pelo temor de criar um conflito de grandes proporções com a comunidade, formada por antigos moradores, famílias que chegaram depois e empreendedores que conseguiram autorização para erguer pousadas, mansões ou chalés na região. Depois que o Exército saiu dali, em meados da década de 1950, a área da fortaleza ficou abandonada, o que estimulou as invasões. (Schmitz, 2013).

O jornal entrevistou alguns agentes vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina; entre eles, Joi Cletison Alves, historiador ligado ao projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*. Neste trecho da matéria jornalística, Cletison justifica o interesse da universidade na demolição do referido imóvel:

‘A Universidade só tem interesse em remover a casa que fica ao lado da parede do forte’, diz Joi Alves, explicando que o caseiro da fortaleza vem sendo impedido de retirar a vegetação dos embrechamentos e, com isso, evitar a deterioração das muralhas. ‘A outra ação envolvendo moradores tradicionais não nos diz respeito’. (Schmitz, 2013).

Carlos Vieira, então chefe de gabinete da reitoria da UFSC, declarou para o jornal, representando a universidade: “Não queremos atrito com pessoas genuínas da região” e “A Justiça é que deve decidir sobre o que fazer, e à SPU cabe executar o que for resolvido”.

Segundo a matéria, Roberto Tonerá⁴ – apresentado como “do DPAE (Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia da UFSC)” e como “colega no projeto *Fortalezas*” de Joi Cletison Alves –, afirmou que a universidade “não deveria ter receio de enfrentar um mal-estar com a comunidade”:

O arquiteto explica que os 185 mil metros quadrados do morro onde está a fortaleza pertencem à União (ainda estão jurisdicionados ao Exército) e

⁴ Roberto Tonerá é arquiteto, servidor da UFSC; participou do processo de restauro das fortalezas na década de 1990. É coordenador do *Fortalezas multimídia*, projeto de extensão da UFSC, desde 1995.

não dão direito de usucapião aos ocupantes dos terrenos. A área da UFSC tem menos de 18 mil metros, e fotos aéreas nas mãos da instituição mostram que o processo de ocupação das encostas cresceu muito em poucas décadas. Os moradores contam apenas com um contrato de gaveta, um título precário de uso, pelo qual pagam o *laudêmio*, uma espécie de aluguel. ‘Contudo, eles vendem a terceiros como se fosse deles’, informa Roberto Toner. ‘A União pode solicitar a devolução dos terrenos a hora que quiser’. Como não há mais margem para apelações, e como o mandado de execução da sentença demolitória já saiu, o arquiteto não vê chance de reversão do quadro. ‘Houve épocas em que havia até gente morando dentro da fortaleza’, conta. Ao contrário do uruguaio da pousada, que seguiu os trâmites normais, muitos moradores (incluindo Euclides e filhos) teriam agido à revelia da lei. O uso da área, independente da duração, também não dá direito de indenização em caso de devolução ao seu proprietário, que é a União. (Schmitz, 2013).

O jornal publicou também as declarações de Virgínia Gomes de Luca, “chefe da Divisão Técnica do Iphan/SC”, e Cristiane Galhardo Biazin, “técnica”, representando o Iphan, que “se posiciona[va] favoravelmente às demolições decretadas pelo judiciário”, justificando que a maior parte dos casos “[referiam]-se a construções feitas de forma irregular no entorno imediato da fortaleza (de acordo com o artigo nº 18 do decreto-lei nº 25/1937, que proíbe qualquer edificação e colocação de anúncios ou cartazes na vizinhança de prédios tombados que impeçam ou reduzam a sua visibilidade)”. De acordo com a matéria jornalística, o Iphan “[admitia] que foi solicitado a derrubar a casa, mas [entendia] que a área [estava] sendo requerida pela UFSC para implantar os equipamentos de acessibilidade e que, portanto, [cabia] a esta a tarefa, já que o proprietário não providenciou a demolição”.

O jornal também apresenta a versão de moradores da comunidade da Praia do Forte:

Ivânio Alves da Luz, 56 anos, dono de um pequeno restaurante na estrada que dá acesso à fortaleza de São José da Ponta Grossa, é enfático ao dizer que os antigos moradores da área é que foram invadidos quando surgiram as fortificações para a proteção da entrada norte da Ilha de Santa Catarina, na primeira metade do século 18. ‘Quando o Exército chegou, já havia famílias aqui’, afirma. [...] ‘Com o grande número de liberações para obras

aqui, por que querem tirar uma comunidade tão tradicional?’, pergunta, ressaltando que há casas de quase 300 anos resistindo na região. ‘Nascemos e queremos morrer aqui’, conclui. Ele defende um plano diretor específico para a praia do Forte, integrando a fortaleza e a comunidade do entorno. Neusa Alves da Luz, irmã de Ivânio, mantém o Quiosque do Forte ainda mais perto da entrada da fortaleza e dispara contra a UFSC em todas as frases que pronuncia. Para ela, a Universidade explora os turistas ao cobrar R\$ 8 pela entrada na fortificação e não tem o direito de derrubar a casa de Amilton Jovino dos Santos, que funcionou como cozinha da fortaleza durante muitos anos. Ela está convencida de que ‘o pessoal de Jurerê’ quer tomar conta da área. (Schmitz, 2013).

Em 2011, o mesmo jornal já noticiava que a construção de um muro de pedras em uma propriedade próxima à fortaleza tinha gerado indignação na comunidade. As obras teriam começado “[havia] cerca de dois meses, segundo moradores do local”, e teria sido “idealizada por um estrangeiro, que comprou dois terrenos, um deles com ligação para a rua localizada acima do forte”.

A indignação por parte da comunidade se devia ao fato de que a obra teria sido autorizada pelo Iphan. O jornal cita Ivânio Alves da Luz – apresentado como comerciante e integrante do Condema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente):

Segundo o comerciante, Ivânio Alves da Luz, toda obra feita em casas próximas à Fortaleza são embargadas. ‘Há uma determinação que impede até reformas em nossas casas, aí chega um estrangeiro, constrói uma rua e faz um muro ao lado da Fortaleza? Quando um pescador quer arrumar seu rancho não pode. O Iphan tem que se explicar’, desabafa. (Gomes, 2011).

Para além das questões jurídicas e dos valores sociais e econômicos envolvidos, é perceptível que existem disputas de memória nesse impasse em torno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa e da Praia do Forte. São disputas pelo uso de um espaço que comporta diferentes identidades: uma formada pelas memórias e experiências da comunidade e outra construída com base na historiografia catarinense. Nessas disputas, estão em jogo diferentes valores para o patrimônio, e mesmo diferentes significados de patrimonialidade.

Este artigo apresenta as adesões e não adesões ao processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses através da construção de uma memória histórica desse processo. Analisa-se o modo como a UFSC consolidou uma dada memória sobre o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, que privilegia a atuação de agentes vinculados a essa instituição e a instituições parceiras, enquanto, por outro lado, subalternizou, invisibilizou e excluiu outros grupos e sujeitos, bem como outras memórias desse processo.

Esse impasse com a comunidade na Praia do Forte não é uma questão apenas do tempo presente; é uma situação que advém da maneira como se constituiu a relação entre a UFSC e as comunidades próximas das fortalezas sob sua tutela – seja durante as obras de restauro desses monumentos, nas décadas de 1970 a 1990, seja na gestão desses espaços e na construção de uma dada memória histórica sobre eles. Como se constituíram as adesões às fortalezas catarinenses enquanto patrimônio cultural? Para responder a essa pergunta, é preciso analisar os discursos articulados pela Universidade Federal de Santa Catarina – através de documentos e das narrativas de atores sociais vinculados a essa instituição – sobre o processo de restauro dos monumentos. Merece atenção especial o *discurso sobre a ruína* das fortalezas.

O discurso sobre a ruína

Roberto Toner (2005) afirma que as fortificações catarinenses foram “redescobertas” no início da década de 1970; o primeiro passo foi dado pelo Iphan, com o restauro do Forte de Santana (ainda no final da década de 1960) e com o início das obras na Fortaleza de Anhatomirim. Entretanto, observa:

A história da recuperação das fortalezas alterou-se radicalmente a partir de 1979, quando a Universidade Federal de Santa Catarina assumiu a guarda e manutenção de Anhatomirim. A fortaleza foi aberta à visitação pública em 1984, após a restauração de grande parte de seus edifícios, numa ação conjunta com o Iphan e a parceria de outras entidades públicas e privadas. No início da década de 1990, com patrocínio da Fundação Banco do Brasil, esta recuperação foi concluída, além de serem totalmente restauradas as fortalezas de Ratoes e Ponta Grossa, também adotadas desde então pela Universidade, numa iniciativa pioneira e singular no Brasil. (Toner, 2005, p. 5).

Tonera se refere ao projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de história brasileira*, que nasceu em 1989 e foi financiado através de um convênio de cooperação financeira assinado entre a UFSC e a Fundação Banco do Brasil (FBB). Em seu último Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), a UFSC afirma que o projeto foi concebido “com o objetivo de restaurar e revitalizar as fortificações construídas pelos portugueses durante o século XVIII”, e que o objeto do convênio era “a restauração e consolidação das fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Rationes, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição, localizadas na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina”. Nesse mesmo documento, afirma-se que “os projetos de restauração foram elaborados em parceria com o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a coordenação executiva da Universidade Federal de Santa Catarina” (UFSC, 2014, p. 52).

Tonera (2005, p. 4) contrapõe esse cenário àquele anterior à presença do Iphan e da UFSC nas fortalezas catarinenses: “No final da década de 1960, as fortalezas de Anhatomirim, Ponta Grossa, Rationes e Araçatuba, além dos Fortes de Santana, Naufragados e Bateria de São Caetano, encontravam-se em ruínas, entregues à ação da natureza e à depredação humana”. O arquiteto atribui essa situação de abandono e ruína a uma “somatória de causas interligadas”. Entre elas, merecem destaque “o não reconhecimento pela sociedade de seu valor histórico e cultural (apesar de serem monumentos tombados nacionalmente)”, a “contínua falta de recursos para sua restauração; e a falta de uma instituição mantenedora que garantisse uma destinação contemporânea adequada para aquelas construções”.

Semelhantemente, Machado (1992, p. 27-28) lista entre as causas para o estado de ruína em que as fortificações se encontravam, em meados do século XX, a “indiferença pelos valores históricos, a ausência de uma política de preservação de bens culturais e a indisponibilidade de tecnologias e recursos humanos para intervenção em monumentos antigos”. Entretanto, esse estado de coisas começara a mudar quando “uns poucos homens as olhavam com a esperança de reerguê-las”. A autora prossegue:

Sozinhos, porém, a realização do sonho tornava-se difícil. Era necessária a participação de instituições que os auxiliassem. E assim se procedeu. A reunião de instituições, privadas ou estatais, com interesse os mais diversos, foi a mola-mestra para o início da revitalização das fortificações catarinenses.

Partiu-se, assim, para a árdua tarefa de reedificar construções e conferir-lhes utilização permanente. (Machado, 1992, p. 121).

Para Machado (1992), portanto, a “revitalização das fortificações catarinenses” deveu-se à “árdua tarefa” empreendida pela reunião de instituições públicas e privadas, a partir do olhar esperançoso de “uns poucos homens”. Esses “poucos homens” são os atores sociais envolvidos no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, como Armando Gonzaga,⁵ Cyro Lyra,⁶ Caspar Erich Stemmer,⁷ Rodolfo Pinto da Luz,⁸ Dalmo Vieira Filho,⁹ Maria de Lourdes Souza¹⁰ e, ainda que indiretamente, Luis Saia, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, entre outros.¹¹

Esses atores sociais contribuíram para a construção de uma dada memória acerca do restauro das fortalezas catarinenses, através das suas próprias narrativas¹² – que envolvem disputas de poder, configuradas como disputas de memória, mas, no todo, identificam-se através de redes de sociabilidades que geram adesões e não adesões em torno do patrimônio (Pereira, 2016).

-
- 5 Armando Luiz Gonzaga é uma figura central no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, considerado o responsável por articular os diferentes órgãos e instituições para tornar possível o restauro das fortalezas. Ver Celso Martins e Armando Gonzaga (2017).
 - 6 Cyro Corrêa Lyra é arquiteto e atuou no processo de restauro das fortalezas. Sua empresa, a Aresta – Arquitetura e Restauro, foi contratada para as obras de restauro no Forte Santana e na Fortaleza de Anhatomirim do final da década de 1960 até a década de 1980, bem como na consolidação das ruínas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. À época, era professor do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
 - 7 Caspar Erich Stemmer era engenheiro, professor titular do curso de Engenharia Mecânica da UFSC desde 1962; foi diretor do Centro Tecnológico, chefe do Departamento de Engenharia Mecânica e reitor dessa universidade entre 1976 e 1980. Faleceu em dezembro de 2012.
 - 8 Rodolfo Pinto da Luz foi reitor da UFSC de 1984 a 1988, de 1996 a 2000 e de 2000 a 2004. Foi presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) entre 1989 e 1990 e secretário municipal da Educação de 2005 até 2016.
 - 9 Dalmo Vieira Filho é arquiteto e atuou no processo de restauro das fortalezas catarinenses. Foi aluno de Cyro Lyra, na UFPR, e atuou como arquiteto na Aresta durante as obras de restauro nas fortalezas catarinenses. Foi o primeiro diretor da divisão do Iphan em Santa Catarina.
 - 10 Maria de Lourdes Souza, enfermeira, foi pró-reitora de Cultura e Extensão da UFSC entre 1989 e 1992, tendo atuado no projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de história brasileira*.
 - 11 Para entender melhor a relação entre esses atores sociais no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, ver Pereira (2016) e Martins e Gonzaga (2017).
 - 12 Essas memórias estão presentes em produções escritas desses sujeitos; entretanto, aqui considero sobremaneira os depoimentos presentes no CD-ROM *Fortalezas multimídia* (Tonera, 2002), por se tratar de uma ação desenvolvida por meio de um projeto de extensão da UFSC.

Identifico nas considerações desses agentes o que denomino o *discurso sobre a ruína*, mobilizado com vistas a justificar a participação das instituições a que estão vinculados nas ações de restauro dos monumentos, entre as décadas de 1970 a 1990. Esse discurso colabora, ainda, para construir uma dada memória histórica que valorize particularmente a participação de alguns sujeitos nesse processo – atores sociais vinculados notadamente ao Iphan e à UFSC. Para esses atores, as ruínas das fortalezas catarinenses representavam mais do que a degradação dos edifícios centenários; eles viam nas ruínas o descaso, a desvalorização e o não reconhecimento da história catarinense e brasileira (Pereira, 2016).

O sentimento de não reconhecimento do *valor histórico e cultural* das fortalezas por parte da sociedade fica expresso na narrativa de Cyro Lyra em entrevista a Celso Martins, rememorando a sua participação nas obras de restauro durante a década de 1970: “Ninguém dava a menor bola para isso, a menor bola, essa que é a verdade. O prefeito não tinha interesse, a população não estava nem aí” (Cyro Lyra, 2015 apud Martins; Gonzaga, 2017, p. 156).

Em entrevista citada no artigo *Por que e como Anhatomirim, ou a “toca pequena do diabo”, foi restaurada*, publicado na revista *A construção: Região Sul*, em 1983, Lyra fala sobre o arruinamento da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, afirmando que os moradores das proximidades contribuíram significativamente para o seu estado de ruína:

Santa Cruz foi tombada pela diretoria do Sphan na década de 1940, passando então para o rol de monumentos de importância nacional. Alguns anos depois, quando já não representava nenhum interesse militar, teve retirada a sua guarnição (da Marinha) e foi deixada aos cuidados de um encarregado. Em 1955 já estava inteiramente deserta e apresentava um rápido processo de arruinamento. ‘Enquanto isso’, conta o arq. Cyro Lyra, ‘os moradores do continente, como novos corsários, tomavam de assalto a fortaleza para saquear seus edifícios, deles arrancando portas e janelas, forros e soalhos, telas e peças sanitárias, deixando apenas as paredes, as cantarias e as pesadas vigas.’ (Moisés, 1983).

Dalmo Vieira Filho, em entrevista, faz considerações bastante semelhantes:

O que mais chamava a atenção era Anhatomirim pela sua imponência. Depois do tombamento, essa fortaleza foi desativada após a 2ª Guerra Mundial. Foi mantido ainda um vigia; quando ele se aposentou, ela foi abandonada e depredada pela população, que levou telhas, madeira, assoalho, tijolo, o que podia carregar da fortaleza abandonada. Conheço várias pessoas que ainda viram Anhatomirim com coberturas, mais ou menos entre a década de 1950, 1960, quando ela ficou entregue à pilhagem. (Dalmo Vieira Filho, 1990 apud Toner, 2001).

José La Pastina Filho, em entrevista a Celso Martins, rememora como foi possível restaurar boa parte das edificações com material original:

‘Nós comprávamos telhas Eternit de boa qualidade e percorríamos a região trocando-as por telhas capa e canal [...]. Mesmo porque a população do entorno da ilha de Anhatomirim, nesses anos em que ela ficou abandonada serviu-se de tudo aquilo como mina de material de construção’. Tanto é que as esquadrias das edificações de Santa Cruz ‘tinham sido totalmente tiradas’, assim como as telhas e madeiras, ‘era uma fonte de matéria prima’. Muitas viagens depois, a bordo de uma caminhonete e seguidos transportes por lancha até a ilha, conseguiram reunir 20 mil telhas. ‘Foi um esforço muito grande’. (José La Pastina Filho, 2015 apud Martins; Gonzaga, 2017, p. 75).

Rapina, conforme definição do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*: “roubo violento; extorsão, traficância, vigilância” (Rapina, 2008-2013). Depredação: “roubo; saque; grande estrago; malversação; devastar; espoliar; assolar, talar” (Depredação, 2008-200-13). Saque: “ato ou efeito de sacar ou saquear” (Saque, 2008-2013), isto é, “despojar com violência; roubar; devastar” (Saquear, 2008-2013). Vandalismo: “destruição ou mutilação do que é notável pelo seu valor artístico ou tradicional” (Vandalismo, 2008-2013). Essas expressões estiveram presentes no discurso dos atores sociais responsáveis pelo restauro das fortalezas catarinenses para se referirem à população do continente próxima à Fortaleza de Anhatomirim.

O discurso desses atores sociais vai além da denúncia de descaso do Estado com o seu patrimônio, ou da falta de investimento em políticas de preservação dos monumentos até aquele momento; é um lamento de que a sociedade catarinense, em geral, e especialmente as comunidades estabelecidas no

entorno das fortalezas, não soube valorizar esses bens por não reconhecer nas ruínas o seu devido *valor histórico*.¹³

Não obstante, cabe problematizar esse *valor histórico*, que não é dado, nem tampouco intrínseco a esses bens culturais. Entendo que é construído a partir de uma dada concepção de história, que privilegia uma narrativa histórica em detrimento de outras, bem como seleciona uma série de sentidos e significados em detrimento de outros. A patrimonialidade desses bens se configura de forma a construir uma rede de adesões em torno dos monumentos, ligando aqueles que compartilham desses valores, sentidos e significados; ao mesmo tempo, exclui outros sujeitos, outras memórias, outras experiências – enfim, outras histórias –, gerando, assim, não adesões.

Que história é essa?

Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 108) afirma que “a noção do valor histórico adotada pelo Sphan nos anos 40 era balizada pela historiografia da época”. Também Delgado (2008) relaciona à historiografia a prática do tombamento na construção do patrimônio nacional:

O tombamento de edificações isoladas justifica-se, assim, a partir do conceito de monumento histórico: determinadas construções são consagradas como testemunhas da história e passam a incorporar a função de suscitar a rememoração do passado. Com isso, o conjunto dos bens tombados pelo Sphan constrói uma narrativa material ‘de pedra e cal’ de determinada história do Brasil consagrada como a História nacional, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). (Delgado, 2008, p. 104).

No caso das fortalezas catarinenses, encontramos paralelo com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), cuja matriz discursiva pode ser caracterizada como “uma História narrativa, baseada especialmente em fontes oficiais – mas, no caso de Santa Catarina, também em

13 Ressalto que esse *discurso sobre a ruína* é tanto posterior ao trabalho de restauro das fortalezas quanto simultâneo a ele; sendo assim, se constrói essa memória sobre o arruinamento e a não valorização das fortalezas em um contexto em que elas já se encontravam (ou estavam para ser) recuperadas e valorizadas, de acordo com as concepções de história e patrimônio engendradas pelos agentes.

muitos relatos de viajantes –, normalmente referenciada nos fatos políticos, cujos personagens são os chamados ‘grandes homens’” (Carola; Wolff; Silva, 2011, p. 304).

As fortalezas de Anhatomirim, da Ponta Grossa e de Ratoles, bem como o Forte de Santana, foram tombadas, inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico em 24 de maio de 1938. Chuva (2009, p. 205-206) conclui que a “quantidade de tombamentos realizada somente no ano de 1938 – 56,59% do total – foi reveladora da clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam, previamente, a respeito daquilo que pretendiam enquadrar na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional”; isto é, de quais construções integrariam a “coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a ‘memória nacional’ ou a produção cultural ‘mais autêntica’ da nação, capaz, portanto, de narrar sua história e origem”.¹⁴

A mesma autora afirma que, com essa prática, “o Sphan investiu no projeto de construção da nação, consagrando uma história concreta, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado” (Chuva, 2009, p. 207). Trata-se, portanto, de uma dupla construção: ao mesmo tempo que o Sphan seleciona determinadas construções como “testemunhas da história”, ou, nas palavras de Chuva (2009), para dar “materialidade à história”, por outro lado há uma seleção de qual história esses bens testemunhariam ou materializariam.

O *valor histórico* atribuído às fortalezas catarinenses pelos agentes envolvidos no processo de patrimonialização advém dessa concepção.¹⁵ Nesse sentido, a história materializada nas fortalezas a partir do processo de patrimonialização é a história de Santa Catarina, vinculada à história do Brasil; Santa Catarina é inserida na história da nação através dos grandes acontecimentos, como a invasão espanhola em 1777 e a Revolução Federalista em 1894, eventos que tiveram como palco as fortificações catarinenses. O tombamento das

14 O discurso sobre a origem inscreve Santa Catarina na memória histórica da nação através destas fortalezas; a construção do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina é considerada pelos autores tradicionais da historiografia catarinense como um dos principais marcos de fundação do estado – relacionada com a criação da capitania de Santa Catarina e com a vinda do brigadeiro Silva Paes (Pereira, 2016).

15 A matriz discursiva para essa concepção era produzida a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, ao qual era vinculada significativa parcela dos autores que trataram dessas fortalezas – entre os quais, Osvaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, que integrariam o corpo docente da Universidade Federal de Santa Catarina quando da sua criação, em 1960 (Carola; Wolff; Silva, 2011, p. 304).

fortalezas perpassa o processo de construção de uma “memória nacional”, que, aliado ao “contexto de nacionalização do Estado brasileiro”, significou “impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação” (Chuva, 2009, p. 207).

É precisamente essa história que os atores sociais mencionados viam materializada nas fortalezas catarinenses – razão pela qual as ruínas das fortalezas lhes eram tão caras. O estado de ruína representava, para eles, o arruinamento de significados e valores com os quais se identificavam. Restaurar as fortalezas representava mais do que reestabelecer os edifícios que as compunham: ao atribuírem a si mesmos o compromisso de “resgatar” a imponência arquitetônica das fortalezas, através do restauro e do uso, tais agentes viam-se *fazendo história*.

É o que Nilton Mullet Pereira (2017, p. 228) chama de *história maior*: uma narrativa “estrutural, que recobre, em regra, tempos longos e descreve tempos contínuos e sequenciais, excluindo as discontinuidades e as diferentes alternativas que se apresentam a cada momento”; uma narrativa “baseada na descrição de grandes arranjos estruturais e sistêmicos, que conduz a constituição de esquemas explicativos de uma época e de um período determinado” – a história da “História do Brasil” ou da “História de Santa Catarina”, esquematizada ou dividida em “períodos, em ciclos, todos dotados de uma lógica única”.

A *história maior* se constitui como “parte de um processo complexo de construção de adesões, interpelações e constituições de subjetividades, que excluem e silenciam ao estabelecer parâmetros definitivos ao passado na forma de história”; essa narrativa da *história maior* se revela como história “limpa”, depurada da “*desrazão*, do inexplicável, dos acontecimentos que rompem com as lógicas e fazem fendas nas estruturas” (Pereira, 2017, p. 229, 233). É uma história linear, preenchida com datas e fatos em contínuo, destacando alguns poucos sujeitos que “fazem a história”; a *história maior* silencia e invisibiliza as memórias individuais, de grupos e de povos, que não são contempladas pela *grande memória*. Essa discussão nos aponta para as teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin.

Benjamin se opõe às duas concepções dominantes da sua época, o *historicismo* e a *história progressista*, enquanto constrói o seu conceito de história

a partir de uma relação original entre materialismo histórico,¹⁶ messianismo judaico¹⁷ e romantismo.¹⁸

Benjamin critica a maneira como *passado, presente e futuro* se articulam nessas teorias, baseadas em uma concepção de tempo *linear e homogêneo*.¹⁹ Para o pensador berlinense, nem o passado nem o presente estão dados. Mate (2011, p. 92, 121-122) identifica dois tipos de passado na concepção do filósofo: um *passado presente* e um *passado ausente*. O primeiro “está presente por direito próprio (é o passado dos vencedores)”; é desse passado que a história se ocupa – “é a matéria que a hermenêutica elabora e é o caminho real por onde transitam as tradições”; já o segundo “não chega até nós, mas nos assalta violentamente”, pois é o passado dos vencidos, do que malogrou, do que não chegou a ser. Da mesma forma, o presente também se manifesta de

16 Benjamin critica a corrente marxista dominante de seu tempo, orientada pelo estalinismo, e propõe uma revisão do marxismo a partir de uma volta ao próprio Marx. Löwy (2005) chama a atenção para o fato de que Benjamin tem contato com o materialismo histórico por volta de 1924, quando lê *História e consciência de classe*, de G. Lukács. Desde então, essa concepção passa a se articular com as intuições “antiprogressistas, de inspiração romântica e messiânica” de Benjamin, “assumindo assim uma qualidade crítica que o distingue radicalmente do marxismo ‘oficial’ dominante na época”. Interessa particularmente a Benjamin a ideia de *luta de classes* desenvolvida por Marx e Engels, ideia esta que o filósofo berlinense aprofundará e à qual dará contornos próprios, na relação com outras referências – especialmente a obra de Baudelaire. Mate (2011, p. 66) infere que o que interessa a Benjamin no marxismo é “um sentido prático de verdade, isto é, que a verdade é justiça”. Na leitura de Benjamin do marxismo, seu ponto central não é a luta de classes – embora a leve em consideração –, mas o lumpen, isto é, ele “vê a força na debilidade e, por isso, fala de oprimido e não de proletariado”. Assim, entende-se que o que aqui se denomina como *materialismo histórico* é uma leitura original de Walter Benjamin do legado marxista.

17 A aproximação de Benjamin com o judaísmo tampouco se dá pela ortodoxia. Benjamin seculariza a teologia, isto é, apropria-se de termos, conceitos e discussões da teologia – particularmente, a *cabala* judaica – e lhes dá um sentido próprio. As contribuições do teólogo judeu Gerson Scholem, amigo do filósofo, foram fundamentais para as suas formulações. Em razão disso, Löwy (2005) infere que Walter Benjamin é marxista e teólogo.

18 O romantismo não é somente uma escola literária e artística do começo do século XIX: trata-se de uma verdadeira visão de mundo, de um estilo de pensamento, de uma estrutura de sensibilidade que se manifesta em todas as esferas da vida cultural, desde Rousseau e Novalis até os surrealistas (além de outros posteriores). Poderíamos definir a *Weltanschauung* (visão de mundo) romântica como uma crítica cultural à civilização moderna (capitalista) em nome de valores pré-modernos (pré-capitalistas) – uma crítica ou um protesto relativo aos aspectos sentidos como insuportáveis e degradantes: a quantificação e a mecanização da vida, a retificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo. Seu olhar nostálgico do passado não significa que ela seja necessariamente retrógrada: reação e revolução são aspectos possíveis da visão romântica do mundo. Para o romantismo revolucionário, o objetivo não é uma *volta* ao passado, mas um *desvio* por este rumo, a um futuro utópico. (Löwy, 2005, p. 18)

19 Para uma discussão abrangente a respeito desse assunto, ver Mate (2011), Löwy (2005) e Gagnebin (1984).

duas maneiras “aparentemente opostas”: por um lado, o presente é “o dado, o que chegou a ser e que temos diante de nós”, é a “história real”; e, por outro, “é aquilo que quis ser e foi malogrado”, é “presente só como possibilidade”.²⁰

No projeto de história elaborado por Walter Benjamin, presente e passado são pontos interativos, não como pontos dispostos em uma reta, mas como *tempos de agora* (*Jetztzeit*).²¹ Benjamin nos provoca a pensar de maneira diferente tanto a história (como um todo, como um *processo*) quanto a escrita da história, numa nova concepção para além da recitação de fatos, datas, nomes, com suas causas e efeitos racionalmente dispostos como em uma linha de montagem.²² À pretensão de reconstituir “toda a história” ou a história “tal como de fato aconteceu”, Benjamin contesta que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’” (Benjamin, 2012, p. 243); articular historicamente o passado significa “apropriar-se de uma recordação como ela relampeja no momento do perigo”, pois o passado “só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade”.

Enquanto o modelo historiográfico do *historicismo* recomendava “ao historiador interessado em reviver uma época” que esquecesse “tudo o que se sabe sobre fases posteriores da história”, Benjamin propõe outro tipo de distanciamento. Ele denuncia que esse modelo historicista faz com que o historiador estabeleça uma relação de empatia com os *vencedores*, pois “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores”.

20 Dessa forma, podemos falar em um presente que tem “uma possibilidade latente que vem de um passado que não pôde ser”, e em um passado que “poderia ter sido de outra maneira”. Temos, então, um futuro “que não seja projeção do presente dado, mas do presente possível” (Mate, 2011, p. 122). Ainda segundo Mate, Benjamin fala “de um passado que poderia ter sido e que malogrrou, isto é, fala de um passado que de presente só tem o fato de ter sido possível e que, se houvesse logrado êxito, teria convertido em algo impensável o presente que nos coube”; logo, “esse passado possível só poderia ser presente se tivesse sido redimido de seu fracasso” (Mate, 2011, p. 24, 88).

21 Uma alegoria: a história que Benjamin tem em mente não é um livro, mas uma biblioteca. Não se trata de um todo linear, com começo, meio e fim, com objetivos e justificativas, em que os capítulos deve ser lidos em sequência. É uma biblioteca com muitas estantes, com diferentes obras de diversas classificações; muitas dessas estantes têm prateleiras com obras não catalogadas, manuscritos inacabados, caixas com materiais inéditos, textos, bilhetes e imagens diversas.

22 Mate (2011, p. 114) infere que a história, para Benjamin, “não é um *continuum*, no qual o passado causa o presente e este determina o futuro”; para ele, “a história deveria ser representada como um passado esmiuçado em imagens. [...] A história é um conjunto, sim, mas de ideias fragmentadas, de conhecimentos precípeis, já que estão submetidos a novas iluminações”.

O historiador que Benjamin tem em mente, por sua vez, se distancia na medida em que “ele não pode refletir sem horror” sobre a origem desses bens culturais, que “devem a sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos” (Benjamin, 2012, p. 244).

Por isso, cultura e barbárie não lhe parecem opostas; pelo contrário, são duas faces da mesma moeda: “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante” (Benjamin, 2012, p. 244).²³ Löwy (2005, p. 75) compreende que Benjamin apresenta *cultura* e *barbárie* como uma “unidade contraditória”, e não como “dois polos que se excluem mutuamente, ou como etapas diferentes da evolução histórica”.

A alta cultura não poderia existir sob a forma histórica sem o trabalho anônimo dos produtores diretos – escravos, camponeses ou operários – eles próprios excluídos do prazer dos bens culturais. Esses últimos são, portanto, ‘documentos da barbárie’ uma vez que nasceram da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, e porque sua transmissão é feita por massacres e guerras. [...] Em cada caso, a elite dominante se apropria – pela conquista, ou por meios bárbaros – da cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico. A cultura e a tradição tornam-se, assim, como salienta Benjamin em sua tese VI, ‘um instrumento das classes dominantes.’ (Löwy, 2005, p. 78-79).

O historiador benjaminiano tem como tarefa “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2012, p. 244); em outras palavras, “atentar para o desprezado pela história canônica, olhar o outro lado do espelho, fixar-nos no lado oculto da realidade”, pois “não pode fazer da história uma escola de transmissão de violência” (Mate, 2011, p. 175). Esse imperativo, para Löwy (2005, p. 74, 79), é carregado do sentido histórico de “ir contra a corrente da

23 Žižek (2012, p. 21-22) disserta que “a tese de Benjamin de que todo monumento à civilização é um monumento à barbárie tem um impacto preciso na própria noção de ser civilizado”, e relaciona a essa ideia de Benjamin à de Pascal Bruckner: “ser civilizado significa saber que se é potencialmente um bárbaro”. Assim, Žižek considera que “toda civilização que repudia seu potencial bárbaro já capitulou diante do barbarismo”. Diante disso, tomando o enunciado de Benjamin, questiona: “e se a própria cultura for apenas uma pausa, uma trégua, um descanso na busca da barbárie?”.

versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos”; isso significa “considerá-la do ponto de vista dos vencidos, dos excluídos, dos párias”. Dessa forma, “a história da cultura ‘deve ser integrada à história da luta de classes’”.

Benjamin nos desafia a “desconfiar das leituras canônicas do passado”. A história, para ele, não deve ser mobilizada de modo a que o passado legitime o presente; essa é a história contada do ponto de vista os vencedores, a fim de justificar as suas próprias vitórias e a sua posição como dominadores. Benjamin propõe um movimento inverso, em que a interpretação do passado signifique “questionar a autoridade do dado presente”; assim, o passado deixa de ser um “depósito de antiguidades do qual o presente lança mão para afirmar seus interesses” (Mate, 2011, p. 143).

O historiador benjaminiano se assemelha a um cronista para quem nada pode ser dado como perdido; todos os fatos históricos lhe interessam, tanto os grandes quanto os pequenos.²⁴ Nessa história, outros sujeitos compõem a cena, para além dos reis, dos papas, dos generais e dos comandantes, assim como outros fatos ganham importância, para além dos fatos políticos e militares – as batalhas, as guerras, os tratados, as leis, as coroações, as conquistas. Benjamin (2012, p. 244) olha a história a partir de baixo, assumindo o olhar dos que estão “prostrados no chão”.

A *memória* aqui assume um papel fundamental, especialmente a memória coletiva dos vencidos. A memória traz para a ordem do dia expedientes que a história já dava por encerrados; ela se ocupa dos “não fatos”, do “passado que só foi e do qual já não há rastro”; por isso, “é capaz de ler a parte não escrita do texto da vida” (Mate, 2011, p. 164).

Maria Carolina Bovério Galzerani (2008, p. 20, 21) compreende “a grande questão na reflexão sobre a memória não é propriamente aquilo que é possível rememorar, mas é saber lidar com o fantasma do esquecimento”. Essa autora afirma que “para Benjamin, rememorar é um ato político, com potencialidades de produzir um ‘despertar’ dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias”; nesse sentido, “rememorar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro.” O conceito de memória que Benjamin

24 Löwy (2005, p. 54) infere que Benjamin “escolheu o cronista porque ele representa essa história ‘integral’ que ele afirma ser seu desejo: uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está ‘perdido’”.

nos oferece ampla a “dimensão de ser sujeito – tanto sob o ponto de vista social, quanto sob o ponto de vista psicológico”, pois traz em si a capacidade de “dinamizar a visão de produção de conhecimentos, entrecruzando diferentes espaços, diferentes temporalidades, diferentes sujeitos, diferentes visões do mundo”.

A memória dos vencidos tem a capacidade de questionar as relações e sensibilidades sociais porque é identificada com um passado ausente; rememorar, nesse sentido, é um ato político, pois coloca em xeque a memória dos vencedores. É a memória que leva o historiador benjaminiano às ruínas do passado, para vasculhar, no meio dos escombros, *vidas frustradas*; isto é, possibilidades a outras virem a ser.

Tendo em vista todos esses elementos, não há outro jeito que concluir que não há um só documento de cultura que não seja também de barbárie. Ele não está dizendo que a cultura seja barbárie, mas que esta está aninhada no interior da cultura. Inclusive quando a cultura se apresenta como visão crítica da barbárie, tal e como ocorre em museus, unidades didáticas ou documentários televisivos, a barbárie espreita. Quando as exposições do sofrimento não levam a uma experiência compassiva, só se consegue acalmar a má consciência do espectador. A cultura dominante não pode impedir uma boa reportagem crítica, mas pode privá-la de seu agulhão no mesmo momento em que a transmite. (Mate, 2011, p. 184).

A partir dessas reflexões, aponta-se a possibilidade de uma outra abordagem do patrimônio cultural no qual ele não seja apenas o butim, mas uma arena onde se trava uma forma de luta contra a opressão, baseada na mobilização de ideias e sentimentos dos oprimidos. Faz-se necessária uma abordagem em que as histórias contadas a partir do patrimônio não sejam apenas as memórias dos vencedores, mas também as memórias e experiências dos vencidos. Essas memórias não devem ser consideradas apenas como *outras histórias* e, muito menos, como ilustrativas; elas questionam as vitórias dos dominadores, desestabilizam o presente estado de coisas e clamam por justiça.

As contribuições de Benjamin levam a uma série de questionamentos sobre o patrimônio no Brasil e, no presente caso, sobre as fortalezas catarienses como bens patrimonializados. Que tipo de experiência com a história se propõe através desses monumentos? As fortalezas são apresentadas como butim, como despojos, ou como meios em que podemos estabelecer uma

experiência com o passado? Quais memórias são valorizadas nesse processo? Quais histórias são contadas e como são contadas?

Quando afirmo que a concepção de história articulada na preservação desses monumentos seleciona uma série de sentidos e significados em detrimento de outros, quais – ou de quem – são esses outros valores? Quem são os sujeitos que afirmo serem excluídos desse processo? As narrativas aqui apresentadas estabelecem uma relação de empatia com os vencedores ou com os vencidos? A história apresentada como “a história das fortalezas catarinenses” justifica o passado a partir do presente, ou nos oferece uma leitura do passado que contemple possibilidades de outro presente?

A história materializada nas fortalezas catarinenses é uma *história maior*, que representa a memória das elites locais e nacionais, arraigada nos dispositivos institucionais. É uma história que consagra os valores, significados e memórias das elites, bem como os usos desses espaços por uma parte da sociedade, como sendo *a cultura*, e, instrumentalizada, interessa aos (e serve aos interesses dos) herdeiros do poder.

Entretanto, podemos encontrar vidas frustradas em meio às ruínas restauradas das fortalezas. Há um passado que está sendo contado como “a história”, enquanto é possível e valiosa a observação de outros passados: passados ausentes, malogrados, outras histórias que são silenciadas, esquecidas ou subalternizadas como de menor importância, como curiosidades, ou como “estórias”, “causos”, “lendas”. São, entre outras, as memórias e experiências da população que vive nas comunidades do entorno das fortalezas; dos escravizados negros e indígenas que serviram de mão de obra para construir as fortificações; dos soldados que serviram nessas unidades, quando ativas, desde o século XVIII até meados do século XX, bem como de suas famílias; dos sujeitos que foram apartados nesses ambientes, quando serviram de local de isolamento para doenças contagiosas, no século XIX; daqueles que foram executados sumariamente na Fortaleza de Anhatomirim, durante a Revolução Federalista, em 1894.²⁵

Através dos usos dados a esses monumentos – especialmente o turismo –, privilegia-se uma experiência com a história que reproduz as

25 Embora a Revolução Federalista seja um tema relacionado à Fortaleza de Anhatomirim abordado pela historiografia catarinense, os nomes e as memórias preservadas são dos líderes políticos e militares do movimento, figuras ilustres da sociedade catarinense e brasileira; pouco se fala daqueles que foram encarcerados e executados por serem considerados simpatizantes da revolução.

narrativas já consagradas pela historiografia catarinense, popularizadas através da imprensa local, impressa ou audiovisual. Como vimos anteriormente, essa mesma imprensa noticiou o impasse na Praia do Forte enviesadamente, colocando em pé de (pretensa) igualdade a UFSC e a comunidade. A UFSC quer que os moradores dessa comunidade, bem como os da comunidade do Ratonos, das praias de Governador Celso Ramos e de outros locais frequentem as fortalezas, mas na condição de visitantes; devem visitar as fortalezas para *aprender*, mas não como quem tem algo a *ensinar*. Para viabilizar o restauro das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa, a UFSC estabeleceu uma parceria com diversas instituições públicas, como a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc), o Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (Deatur), o Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (Esplan), a Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis (Setur), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) e as Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), e contou também com diversas empresas, como a Cassol, Coca-Cola, Bamerindus, Koerich, WEG, Souza Cruz, Besc, Inplac, Portobello, Pedrita, em fins dos anos 1980 (Pereira, 2016). Hoje, a universidade, em um esforço de ampliar o trabalho que tem desenvolvido nesses espaços, propõe a criação de um “Plano de Ação para Integração Acadêmica”, proposta que caminha para a construção de uma agenda propositiva que enumera como envolvidos os “docentes, discentes, núcleos de pesquisa, laboratórios e grupos de estudos” da universidade, para que “tenham a participação efetiva por meio de ideias, propostas, sugestões e parcerias que possibilitem a vinculação do projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina* com as atividades acadêmicas de extensão da UFSC e sua inter-relação com o ensino e a pesquisa” (UFSC, 2014, p. 52). Em nenhum momento as comunidades tradicionais são elencadas como possíveis parceiras da universidade nessa relação de ensino-pesquisa-extensão.

Mas como poderiam elas ser cotadas para parceria, se – segundo a narrativa dos arquitetos citados – sua maior contribuição foi a depredação das fortalezas? Na leitura dos atores sociais mencionados, o maior ato de barbárie – em contraponto à cultura – teria sido praticado pelos moradores das comunidades do entorno das fortalezas, que não apenas não valorizaram os espaços como também se apropriaram dos materiais ali encontrados (telhas, madeiramento, janelas etc.) – uma “fonte de matéria-prima”, nas palavras de

La Pastina. Esses atos seriam o eco da falta de reconhecimento e da não valorização desses bens culturais pela sociedade, do abandono e do descaso por parte do Estado – “Ninguém dava a menor bola para isso”, segundo Cyro Lyra.

Assim, as narrativas construídas sobre esses sujeitos e essas comunidades inviabilizam a sua participação no processo de patrimonialização dos bens culturais em questão; não são reconhecidos como *sujeitos históricos*, devido à concepção de história articulada, e, assim, lhes é negado o estatuto de herdeiros do patrimônio. As fortalezas catarinenses, como documentos da cultura, podem ser instrumentalizadas como documentos de barbárie.

Quando problematizamos o olhar dos atores sociais envolvidos no processo de patrimonialização, vemos que eles se identificam com os valores, significados e sentidos consagrados na patrimonialização dos bens conforme as concepções de história e patrimônio presentes naquele contexto. Entretanto, a partir das transformações no campo do patrimônio no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, vimos a “ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural”, uma noção que “rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes” e passa a incorporar “os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira” (Pereira; Oriá, 2012, p. 166). A dimensão imaterial está presente, também, nos bens materiais de “pedra e cal” – como são as fortalezas catarinenses –, e nos leva a uma nova abordagem, na qual o patrimônio é tomado como processo permanente, e não como produto final.

A partir da dimensão imaterial do patrimônio, pode-se reconhecer a existência de uma pluralidade de memórias em torno dos bens culturais. Entretanto, para que essas memórias sejam evidenciadas e valorizadas, é preciso fazer uma leitura outra do patrimônio – *a contrapelo*, talvez –, que leve em consideração as “relações de poder, as estratégias de esquecimento, de apagamentos”, bem como reportar-se a “imbricações do passado no presente, com acenos de um redesenho de futuros possíveis” (Hadler, 2015, p. 231).

Essas questões implicam uma compreensão outra do “vandalismo” dos moradores do entorno das fortalezas, para além das questões legais envolvidas. A retirada de “matéria-prima” dos edifícios em ruínas das fortalezas nos revelam uma não adesão à patrimonialidade conferida a esses bens culturais através do tombamento. Esses sujeitos não se identificavam com o *valor*

histórico eleito, que não os representava; em outras palavras, não era a sua história.²⁶

Nesse sentido, é importante atentar para as considerações de Ivânio e de Neusa Alves da Luz, veiculadas pelo jornal *Notícias do Dia*: o primeiro afirma que “quando o Exército chegou, já havia famílias [ali]”, expressando o sentimento de que “os antigos moradores da área é que foram invadidos quando surgiram as fortificações”, no século XVIII; e a segunda, quando denuncia que a “Universidade explora os turistas ao cobrar R\$ 8 pela entrada na fortificação”, e que “o pessoal de Jurerê quer tomar conta da área”. Para esses moradores da comunidade da Praia do Forte, o “inimigo não tem cesado de vencer” (Benjamin, 2012, p. 243): ora o Exército, ora a Universidade Federal de Santa Catarina, ora os empresários ligados ao setor imobiliário. A preservação do patrimônio cultural parece-lhes mais uma forma de invasão dos *vencedores*. A narrativa que esses sujeitos nos oferecem é a de perpetuação do *Estado de exceção*, conforme expressão de Benjamin (2012), enquanto a UFSC, bem como os atores sociais a ela vinculados, apresenta uma narrativa de triunfo.

Considerações finais

Concordo com Toner (2005, p. 7) quando afirma que a “difusão cultural” e a “democratização da informação e do conhecimento” sobre as fortalezas “são os instrumentos que podem efetivamente consolidar os bons resultados alcançados até o momento e garantir a preservação desses monumentos”, aliados às “obras de restauração” e às “ações de revitalização empreendidas ao longo dos últimos anos” para assegurar o “processo de valorização gradual e crescente das fortificações militares”. Porém, é preciso passar da democratização para a pluralização do acesso às fortalezas; isto é, é preciso reconhecer outros saberes, outras memórias e outras experiências vinculadas a esses bens culturais, a fim de gerar novas adesões em torno deles.

Assim como Toner (2005, p. 6), acredito na importância de criar uma “equipe multidisciplinar e interinstitucional que possa equacionar as

26 É importante ressaltar que a Fortaleza de Anhatomirim permaneceu ativa até a década de 1950, enquanto as demais fortalezas já tinham sido desativadas no início do século XX, pois tornaram-se obsoletas diante das novas tecnologias bélicas.

múltiplas questões relacionadas às fortificações”, e que, além do desenvolvimento de uma “pesquisa histórica e documental, conservação e manutenção, gerenciamento administrativo, visitação turística, divulgação e difusão”, possa agregar as comunidades do entorno das fortalezas na gestão dos bens culturais. Assim, nessas “múltiplas questões” estarão inclusas, também, aquelas próprias dessas comunidades tradicionais. Logo, esses sujeitos deixarão de ser meros frequentadores dos espaços para serem reconhecidos como herdeiros legítimos, tanto quanto os herdeiros já reconhecidos; não mais apenas alvos da divulgação dos saberes produzidos sobre as fortalezas, mas também difusores dos seus saberes. Assim, a partir do uso social da memória, será possível engendrar novas experiências educativas com o patrimônio.

Como Galzerani (2013, p. 96), considero que é possível que os sujeitos transformem os “patrimônios oficiais em ‘lugares de memória’ – concebidos como materialização de uma pluralidade de imagens e de visões de mundo, imbricando experiências vividas às reflexões histórico-educacionais”. Essas experiências – sejam formais ou informais – devem permitir aos sujeitos construir, ressignificar e reelaborar sentidos para os bens patrimonializados, mediante uma relação horizontal, o que implica outras relações de poder.

Minha aposta é que as fortalezas catarinenses podem ser espaços plurais, de diálogos interculturais, a partir de uma ampliação da noção de patrimônio cultural no uso e na gestão destes bens por parte da Universidade Federal de Santa Catarina, através de parcerias com as comunidades tradicionais, com as escolas locais, e outros atores sociais que venham a se somar a esse enfoque de efetiva preservação e valorização do patrimônio cultural, em suas múltiplas dimensões.

Referências

ABERTURA da temporada de verão nas fortalezas da UFSC. *Revista Museu*, 4 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/o-escriba/3670-04-11-2017-abertura-da-temporada-de-verao-nas-fortalezas-da-ufsc.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ABERTURA DA TEMPORADA de verão nas fortalezas da UFSC com atrações culturais e entrada gratuita. *Notícias da UFSC*, 31 out. 2017. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2017/10/abertura-da-temporada-de-verao-nas-fortalezas-da-ufsc-com-atracoes-culturais-e-entrada-gratuita/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, 1).

CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euder et al. (Org.). *Patrimônio cultural & educação patrimonial*. Goiânia: Secretaria de Educação, 2008.

DEPREDAÇÃO. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/Depreda%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FORTALEZA de São José da Ponta Grossa terá atrações especiais no domingo em Florianópolis. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 31 out. 2017. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/fortaleza-de-sao-jose-da-ponta-grossa-tera-atracoes-especiais-no-domingo-em-florianopolis>>. Acesso em: 19 maio 2018.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, história e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 21, n. 28, p. 15-31, 2008.

_____. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. *Pro-Posições*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 93-107, jan./abr. 2013.

GOMES, Emanuelle. Estrangeiro constrói muro de pedras e rua ao lado da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 14 jul. 2011. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/estrangeiro-construi-muro-de-pedras-e-rua-ao-lado-da-fortaleza-de-sao-jose-da-ponta-grossa>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

HADLER, Maria Silvia Duarte. Cidade e ensino de História. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina Bovério; PACIEVITCH, Caroline (Org.). *Memória, sensibilidades e saberes*. Campinas: Alínea, 2015.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Rosângela Maria de Melo. *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*: um panorama. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MARTINS, Celso; GONZAGA, Armando Luiz. *Memórias das fortalezas*: Ilha de Santa Catarina – No meio do caminho havia um Armando. Florianópolis: Bernúncia, 2017.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história*: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

MOISÉS, Raquel. Porque e como Anhatomirim, ou a “toca pequena do diabo”, foi restaurada. *A Construção*: Região Sul, n. 177, 1983.

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação educação e patrimônio. *Resgate*, Campinas, v. 20, n. 23, p. 161-171, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de história e resistência: notas sobre uma história menor. In: PAIM, Elison Antonio (Org.). *Patrimônio cultural e escola*: entretecendo saberes. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. *O processo de patrimonialização de fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim*: discursos, restauro, usos (1970-1992). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, SC, 2016.

RAPINA. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/rapina>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SAQUEAR. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/saquear>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SAQUE. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/saque>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. Impasse na fortaleza de São José da Ponta Grossa. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 11 ago. 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/impasse-na-fortaleza-de-sao-jose-da-ponta-grossa>>. Acesso em: 19 maio 2018.

TONERA, Roberto (Org.). *Fortalezas multimídia*: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo. Florianópolis: UFSC; FAPEU, 2001. [CD-ROM].

_____. O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: criação, abandono e recuperação. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, 1., 2005, Montevideo. Disponível em: <http://ciudadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2005_1sem_palestra_Tonera_ponencia_por_sistema.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019*. Florianópolis: UFSC, 2014.

VANDALISMO. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/vandalismo>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Resumo: As fortalezas de Anhatomirim, Ratonas e Ponta Grossa, localizadas na região da Grande Florianópolis (SC), são bens culturais tombados desde 1938 e tutelados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1979 (a primeira) e 1991 (as duas últimas). A UFSC empreendeu uma série de ações com vistas a construir uma memória histórica do processo de patrimonialização, que, somada aos usos dados a esses bens, gera adesões e não adesões às fortalezas enquanto patrimônio histórico. O presente artigo analisa as estratégias discursivas de alguns dos atores sociais envolvidos nesse processo, a partir de narrativas obtidas em entrevistas, matérias jornalísticas e documentos oficiais produzidos pela UFSC. O texto identifica as estratégias de adesão desses atores, problematizando suas concepções de história e patrimônio a partir do aporte teórico de Walter Benjamin em diálogo com Löwy, Mate, Galzerani e Žižek, bem como com Chuva e Fonseca, autoras que discutem o campo do patrimônio no Brasil.

Palavras-chave: Memória. Fortalezas catarinenses. Narrativas orais. Patrimônio cultural.

Narratives on the process of listing Santa Catarina's fortresses as cultural heritage: adherence strategies around the cultural heritage

Abstract: The fortresses of Anhatomirim, Ratonas and Ponta Grossa, located in the Greater Florianópolis area, have been listed as cultural heritage sites since 1938 and have been protected by the Federal University of Santa Catarina (UFSC) since 1979 (Anhatomirim) and 1991 (Ratonas and Ponta Grossa). Since then, UFSC has undertaken a series of actions to build historical memory on the listing process that, together with the uses given to those sites, creates adherence and non-adherence around these fortresses as cultural heritage sites. This article analyzes the discursive strategies of some of the social actors involved in that process, based on narratives obtained from interviews, journalistic materials, and official documents produced by UFSC. The paper identifies these actors' strategies of adherence, discussing their conceptions of history and heritage under the theoretical contribution of Walter Benjamin in dialogue with Löwy, Mate, Galzerani, Žižek, as well as Chuva and Fonseca – authors who discuss the cultural heritage field in Brazil.

Keywords: Memory. Fortresses in Santa Catarina. Oral narratives. Cultural Heritage.

Recebido em 15/02/2018

Aprovado em 16/05/2018